

Editorial

Apresentamos aos leitores a edição número 30 da *Revista Brasileira de História da Educação*. Os oito artigos publicados neste número, diretamente vinculados à política editorial do periódico, apresentam conteúdo relevante, dedicado, em grande parte, à análise histórica dos componentes curriculares presentes em diversos níveis e períodos da educação brasileira, em suas relações com os materiais escolares produzidos com vistas ao trabalho no âmbito da escola e, de modo mais específico, com os livros didáticos. São examinadas, ainda, as múltiplas facetas dos projetos de renovação educacional que acompanharam a difusão da Escola Nova, em âmbito nacional e internacional, bem como aspectos ligados à profissionalização docente. O conjunto de artigos é assinado por pesquisadores vinculados a diferentes instituições de ensino superior brasileiras, situadas em cinco estados da federação, e por dois pesquisadores do exterior. Duas resenhas completam este número da RBHE.

O artigo de María del Mar del Pozo Andrés e Sajaak Braster, professores da Universidade de Alcalá, Espanha, e da Universidade Erasmus de Rotterdam, Holanda, discute o movimento da Escola Nova na Espanha, no período de 1936 a 1976. Atentos às tensões que marcam o contexto político espanhol durante os anos da ditadura franquista, os autores distinguem três fases na articulação das novas pedagogias, em sua interlocução com o movimento internacional de renovação educacional, destacando o papel de diferentes atores na disseminação, reinterpretações e assimilação das noções da Escola Nova em reformas, documentos legais e práticas pedagógicas. Suas análises permitem dimensionar a repercussão

do pensamento pedagógico de autores de diferentes países e o papel da circulação internacional de pedagogos espanhóis, seja na rejeição, seja na adoção de propostas escolanovistas. O catolicismo emerge, a par das análises empreendidas pelos autores, como variável fundamental para a compreensão das representações da Escola Nova na Espanha, durante o período estudado.

A difusão do ideário escolanovista também é objeto das análises de Marcelo Rito e Júlio Groppa Aquino. Examinando a emergência de uma modernidade pedagógica no Brasil, os autores tomam como objeto de pesquisa textos de divulgação científica publicados nas décadas de 1920 e 1930, por autores vinculados à Escola Nova. Trata-se de obras produzidas para a *Bibliotheca de educação*, coleção editada pela Companhia Melhoramentos, tendo como editor o educador Lourenço Filho. Problematicando a tríade natureza/infância/ciência, os autores discutem questões ligadas à pedagogia moderna nas décadas de 1920/30, não se restringindo, em suas análises, aos primeiros tempos da pedagogia científica no Brasil, mas fazendo ilações sobre os seus efeitos nos discursos do século XXI.

Entre os estudos que tomam como objeto de investigação a história das disciplinas escolares, que publicamos nesta edição, Wagner Rodrigues Valente procura flagrar os primeiros momentos de constituição da geometria como matéria de ensino no curso primário. Nessa investigação, ganha destaque o papel dos escritos de Condorcet como fonte primeira de orientação para o ensino da geometria como um ensino de caráter eminentemente prático. Por meio da análise de livros didáticos e de documentação oficial, que recobrem o período que vai das primeiras décadas ao final do século XIX, o autor conclui que o desenho linear se configura em retradução da geometria para o curso primário.

O ensino da disciplina sociologia no Colégio Pedro II, no período de 1925 a 1945, é objeto do estudo de Silvia Helena Andrade de Brito, que o examina a partir da contextualização do ensino secundário no Brasil, entre o final do século XIX e o início do século XX. A autora realiza uma discussão na qual se articulam os recursos didáticos, destacadamente os textos escolares e os compêndios utilizados; os conteúdos; os

procedimentos de ensino; e a atuação dos professores deste educandário. Aspectos que a levam a concluir que a organização do trabalho didático para o ensino de sociologia, disciplina concebida a partir de um viés pragmático, denotava a transição ocorrida no ensino secundário no país e a predominância do uso do manual didático como instrumento central para o trabalho do professor.

A presença da educação artística nos currículos escolares a partir da lei 5.692/71 é o foco do artigo de Maria José Dozza Subtil. Indagando sobre o processo de disciplinarização da arte, a autora discute a inclusão da educação artística como matéria obrigatória no currículo das escolas brasileiras de 1º. e 2º. graus, num contexto marcadamente autoritário. Suas análises permitem problematizar a dimensão da polivalência e a ênfase na expressão e comunicação, que marcaram a configuração da arte como disciplina escolar, bem como os limites que daí advêm para que as práticas artísticas assumam um caráter emancipador e humanizador, na educação brasileira. No limite, suas reflexões põem em cena os vínculos entre o ensino da educação artística instituído por lei e os objetivos de controle social.

As disciplinas escolares também são tematizadas no estudo empreendido por Katya Mitsuko Zuquim Braghini, numa análise em que o eixo se desloca do campo educacional para o mercado editorial. Com foco na história da Editora do Brasil S/A e, mais especificamente, na sua inserção no mercado editorial e no cenário político e educacional brasileiro, a autora discute o alinhamento dessa editora ao regime militar e sua contribuição para o retorno da disciplina educação moral e cívica. A análise é prevalentemente realizada com base na *Revista da Editora do Brasil S/A*, considerando também a legislação, a documentação obtida em cartórios e na Junta Comercial, de forma a contextualizar o tema no cenário político-econômico do período. Tal procedimento permite indicar os vínculos entre os editores, os representantes do pensamento católico conservador, as entidades civis e os militares responsáveis pela definição de políticas públicas voltadas a reformulações curriculares e produção de livros didáticos, possibilitando à autora concluir que tais políticas foram resultantes, também, de interesses particulares.

Examinando a produção recente sobre o livro didático e suas tendências, Kazumi Munakata discute a constituição desse campo de pesquisa, demonstrando a sua fertilidade, a diversificação temática, bem como a multiplicação de eventos, periódicos e projetos sobre este tema. Suas análises permitem observar a ampliação das possibilidades de estudo, que vem acompanhando o distanciamento das pesquisas das primeiras análises, que tendiam a tomar os livros didáticos tão somente como vetores da ideologia. Nesse sentido, o autor aborda a importância do estudo da materialidade, ou seja, do processo de produção, circulação e consumo do livro didático, revisando as principais produções sobre o tema e suas bases teórico-metodológicas. Entre as pesquisas examinadas pelo autor, emergem elementos que permitem considerar os diferentes atores envolvidos na produção dos livros didáticos, as ações de política educacional e, inclusive, os “sistemas de ensino” - materiais pedagógicos comercializados para redes de ensino.

O processo de profissionalização docente é o eixo que orienta o artigo de Marilandês Mól R. Melo e Ione Ribeiro Valle, produzido com base nas memórias de docentes catarinenses, interrogadas sobre as razões que justificaram a escolha e a permanência na profissão. Entre os aspectos que compõem as narrativas das professoras, que exerceram o magistério entre as décadas de 1950 e 1960, figuram questões ligadas à trajetória escolar, carreira profissional e experiência pedagógica. A itinerância que acompanhou o exercício da profissão docente, examinada em suas correlações com as perspectivas de modernização de determinadas regiões e de ascensão social, é um aspecto que se destaca nas análises. Além dessa dimensão, as autoras chamam a atenção para uma variedade de elementos que se entrecruzam na definição da identidade dessas professoras como trabalhadoras, entre os quais a etnia, a religião e o pertencimento social. Nos registros das memórias dessas docentes, o material didático também encontra lugar, só que, nesse caso, vinculado à sua insuficiência diante das exigências do exercício profissional.

Duas resenhas completam este número da RBHE. Uma divulga a obra escrita por professores da UFMG e UFPR, *Edward P. Thompson: história e formação*, na qual é apresentada a importância da base teórica

de Thompson para o estudo da escolarização e a relevância de noções-chave de seu pensamento, como cultura e experiência, para pesquisas em história da educação. A outra obra resenhada é a coletânea *Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial* (Brasil, 1822-1889), organizada por José Gonçalves Gondra e Omar Schneider, que compõe a coleção *Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil*, publicação altamente relevante na área de história da educação, de iniciativa da Sociedade Brasileira de História da Educação.

A todos os associados da SBHE, desejamos uma boa leitura.